



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Relações de Trabalho  
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima  
Câmara Recursal de Rondônia

ATA DE REUNIÃO

**ATA CEEXT N° 13/2024 – Câmara Recursal de Rondônia**

**Reunião da Câmara Recursal de Rondônia da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto n° 11.751, de 20 de outubro de 2023.**

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 13 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI, Sr. João Cândido de Arruda Falcão realizada de forma remota, nos termos do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SEDGG/ME N° 6.915, de 04 de agosto de 2022.

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI n° 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional n° 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional n° 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

**Para julgamento foi apresentado um total de 16 (dezesseis) processos.**

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pela Câmara de Julgamento de Rondônia, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

Pelo **DESPROVIMENTO DO RECURSO: (14 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	AGRAEL DE JESUS PEREIRA	19975.130240/2019-67	AUXILIAR DE DATILOSCOPISTA	Ausência de permissivo legal para o reenquadramento desejado	Art. 28 da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 28 da Portaria SRT/MGI N° 1.418, de 12 de março de 2024

2	DIONIZIO RODRIGUES LOPES	14021.129084/2021-61	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
3	ELIZABETH FERREIRA CARVALHO OLIVEIRA	14022.120705/2021-31	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
4	GERUZA DAS DORES BORGES FUZARI	14021.100004/2021-96	TÉCNICA EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 32 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
5	JOÃO DE ARRUDA	14021.100435/2022-33	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
6	JOÃO HENRIQUE PAULO	14021.168775/2021-81	ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias e escolaridade posterior ao desempenho das atribuições	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 31, 32 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
7	JURANDY FERREIRA BRANDÃO	14021.190516/2021-36	ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
8	MARCIA MARIA ALMEIDA DA SILVA	19975.122831/2022-66	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO OU FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024

9	MAURO JORGE BRITO NASCIMENTO	14021.120837/2021-73	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
10	NEUZA DE SOUSA HOTIS MACHADO	14022.136236/2021-72	TÉCNICA EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 32 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
11	PAULO ALVES	14021.146443/2021-45	TÉCNICO EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 32 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024
12	PEDRO ALBINO DE AGUIAR	19975.140077/2021-65	ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
13	RAIMUNDO RIBEIRO DO NASCIMENTO	14021.105824/2021-74	TÉCNICO DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
14	ZENAIDE ALENCAR BRITO	14021.104979/2021-93	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias e vínculo com Município	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 30, 32 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.

Processos que necessitam de **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: (02 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
------	----------------	----------	---------------	-------------------------	------------------

1	ADALBERTO PINTO DE BARROS FILHO	14021.156489/2021-72	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Regimento interno ou Decreto que define a Estrutura da Secretaria de Estado de Educação com atribuições específicas de Secretário de Estado da Educação Adjunto	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 30 da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
2	DELVAINA MARIA GOMES SERRA DA SILVA	14022.157183/2021-23	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Regimento interno ou Decreto que define a Estrutura da Secretaria de Estado de Educação	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 30 da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Von Borries Lopes, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Theo Rocha Pardim de Lima, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Gomes Neiva, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joicyelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamara Ferreira Avelar de Oliveira França, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lacerda Rodrigues Azevedo Netto Pereira, Membro de Câmara**, em 22/04/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Candido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Câmara**, em 22/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41557282** e o código CRC **68E9F1DF**.

---

**Referência:** Processo nº 19975.113977/2021-30

SEI nº 41557282